



CARTA AO MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC) E À AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) EM PROL DO CINEMA E AUDIOVISUAL DOS INTERIORES BRASILEIROS

Esta carta tem como princípio motivador desenvolver uma **defesa em prol do protagonismo da produção audiovisual e cinematográfica realizada nos interiores dos Estados Brasileiros**, nas mais diversas representações do Brasil profundo, conduzindo um olhar para a necessidade de fomento e construção de políticas públicas sólidas que consigam alcançar a diversidade dos territórios brasileiros, em sua pluralidade de paisagens, narrativas e personagens, apontando possibilidades e caminhos para uma construção coletiva entre a sociedade civil, aqui representadas por entidades audiovisuais dos interiores que assinam o presente documento, o Ministério da Cultura (MinC) e a Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

O Cinema Brasileiro, ao longo de toda a sua existência, atravessou uma série de desafios e teve, a partir da construção de políticas públicas das duas últimas décadas, entre eles, a criação da própria ANCINE, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), as leis de incentivo, as cotas de tela, a Lei da TV Paga, entre outros, o seu auge, lançando centenas de filmes todos os anos, alcançando uma história de sucesso nos maiores festivais de cinema, nos espaços de exibição das mais variadas telas, das salas de cinema, passando pela televisão até às plataformas de streaming.

Entre os anos de 2014 e 2016, foi lançado pela ANCINE o programa “Brasil de Todas as Telas” que se tratava de “uma ampla ação governamental que visa transformar o País em um centro relevante de produção e programação de conteúdos audiovisuais. Utilizando recursos do FSA - Fundo Setorial do Audiovisual, o programa conjuga diferentes modalidades de operação financeira, articula parcerias público privadas e propõe novos modelos de negócios” (Site GOV.BR). Naquele programa articulavam-se diferentes frentes que compõem a engrenagem necessária para o fortalecimento e a existência do setor audiovisual, colocando o Brasil em variadas janelas de exibição, pensando na difusão através das salas de cinema, TV, internet, plataformas de streaming e circuitos alternativos; O título

“Brasil de Todas as Telas” também se referia à diversidade da linguagem audiovisual, pois não era só o fomento ao Cinema que importava, mas o fomento à produção audiovisual de modo geral, incluindo o de desenvolvimento de games; e, talvez, um dos mais importantes no sentido geográfico, pois **garantia que cada região do país, incluindo os diferentes territórios de cada Estado brasileiro, se vissem representados nas histórias que eram contadas.**

Um dos primeiros editais para produção de Cinema, lançado no ano de 2016, dividido em três categorias (Produção de filmes em baixo orçamento, produção de filmes baixo orçamento afirmativo e produção de filmes em baixo orçamento infanto-juvenil), mostrou como resultado, em 2022 e 2023 com o lançamento dos filmes selecionados nesses editais, o que poderia ter sido se as políticas públicas tivessem seguido a diversidade que o programa propunha.

Dessa mesma leva de editais, foram produzidos os filmes que nos servem de exemplo:

- *Marte um* (2022), de Gabriel Martins, filme produzido em Contagem, interior de Minas Gerais, estreado em Sundance, principal Festival de Cinema Independente do mundo, premiado no Festival de Gramado e em outras dezenas de importantes festivais Brasileiros e internacionais, além de ter sido o filme escolhido para representar o Brasil no Oscar, colocando-o em evidência e tornando-se uma das maiores bilheterias do ano de sua estreia comercial, encantando platéias de todo o Brasil;
- *Noites Alienígenas* (2023), de Sérgio de Carvalho, primeiro filme Acreano a estrear comercialmente no Brasil, tornando-se historicamente importante, vencedor do principal prêmio do Festival de Gramado e conquistando outros tantos nos principais festivais brasileiros e internacionais, hoje sendo licenciado pela Netflix;
- *Alice dos Anjos* (2022), da cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia, primeiro filme do interior do Estado a também ter sua estreia comercial e um dos que mais repercutiu dentro da cinematografia baiana dos últimos anos, vencedor de seis candangos no Festival de Brasília, premiado em outros festivais nacionais e internacionais, finalista do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro, tornando-se um divisor de águas e precursor de um polo de Cinema que tem se construído e se fortalecido na sua cidade de produção e provando que produção infanto-juvenil pode também ter uma carreira de sucesso mesmo fugindo de narrativas óbvias.

O programa “Brasil de Todas as Telas” foi só um exemplo dos muitos que surgiram nas últimas décadas e que impulsionam o audiovisual brasileiro, acelerando seu crescimento e possibilitando surgimento de polos cinematográficos em lugares distantes do eixo Rio-São Paulo, como o caso de Contagem (em Minas

Gerais), de Cachoeira (no Recôncavo Baiano) e Vitória da Conquista (no Sudoeste da Bahia), sendo os dois últimos exemplos alicerçados pela implementação de cursos de Cinema e Audiovisual nas Universidades públicas de seus territórios, o que ocorre a partir do fortalecimento e interiorização de ensino no Brasil durante os governos Lula e Dilma Rousseff.

No entanto, com a ruptura democrática enfrentada a partir de 2016, que resultou no impeachment da então presidenta da república Dilma Rousseff, e a posterior eleição de Jair Bolsonaro, toda a construção das políticas afirmativas estagnaram, resultando inclusive no contingenciamento de recursos da ANCINE e extinção temporária do MinC.

Assistimos nos últimos anos ao avanço da extrema-direita e do conservadorismo no país, nesse momento de retomada das políticas públicas para cultura, urge a necessária reconstrução e avanço em ações que garantam a diversidade de visões, pontos de vista, realizadores, gêneros e territórios. A reconstrução do Ministério da Cultura retoma a necessidade de se pensar em política pública que vise a descentralização, democratização, e, mais do que isso, **a interiorização** para o fortalecimento das diversas linguagens culturais, incluindo o Audiovisual.

Desta forma, a ANCINE, que tem adotado um modelo de fomento excludente, baseado no critério de pontuação das produtoras que submetem projetos em seus editais, precisa implementar ações democráticas e inclusivas em seu fomento.

O atual modelo exclui a grande maioria das produtoras em todo o território brasileiro, fazendo com que o recurso fique sempre na mão de poucas empresas do eixo Rio-São Paulo, concentradas em pouquíssimos bairros de suas capitais, e não dá chance sequer de uma participação das cidades interioranas.

Dessa forma, perpetua-se o seguinte ciclo histórico: para uma empresa subir a pontuação, ela precisa produzir mais filmes e lançar em salas de Cinema ou licenciar para uma emissora televisiva, mas para se produzir filmes, é preciso ter recurso financeiro para isso, por meio de fomento do audiovisual; se o fomento do audiovisual promovido pela ANCINE só alcança empresas que já possuem pontuação elevada, as demais empresas jamais conseguirão produzir filmes, e logo, não conseguirão aumentar de nível, já que não chegam nem a concorrer nos editais.

Por isso, **propomos por meio desta carta defender o fortalecimento das políticas públicas para o audiovisual nos interiores dos Estados brasileiros**, garantindo uma diversidade de produção, de narrativas e de representatividade. Para tanto, propomos algumas ações que vemos como sendo urgentes para implementação nas políticas do MinC e da ANCINE. São elas:

- Interiorização da produção audiovisual e das políticas públicas culturais, assim como houve a interiorização das Universidades Públicas nos governos Lula/Dilma;
- Lançamento de editais específicos para produções de realizadores estabelecidos nos interiores brasileiros, atendendo aos diversos eixos do audiovisual, como: produção de curtas, médias, longas-metragens, séries e etc; iniciativas de difusão; apoio a estruturação de mercado; preservação e etc;
- Destinação de cotas para o interior nos editais do MinC e da ANCINE de 50 por cento, tomando como exemplos editais do Programa de Ação Cultural de São Paulo (ProAc/SP);
- Execução de editais para TVs públicas com cotas para emissoras sediadas no interior dos Estados;
- Reforma e construção de salas de Cinema independentes nos interiores dos Estados;
- Investimento em cursos de graduação de audiovisual nas universidades públicas sediadas nos interiores do país, inclusive com editais específicos para ingressos e egressos dos cursos superiores de Cinema e Audiovisual, além de programas de cursos livres para formação técnica em cidades dos interiores do Brasil;
- Flexibilização dos critérios de pontuação praticados nos editais da Ancine, evitando a concentração de recursos em grandes empresas localizadas em pouquíssimos bairros das capitais do eixo Rio-SP;.
- Fortalecimento do circuito exibidor alternativo, passando por cineclubes e festivais, localizados nos interiores do país;
- Promoção de estratégias para integração entre a produção das diversas regiões interioranas do país, fortalecendo intercâmbios artísticos e econômicos, de forma a dirimir a importância desproporcional entre o volume da população localizada fora das capitais e o consumo dos bens culturais regionais;

Acreditamos que a soma de cada uma dessas ações contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas culturais brasileiras de forma plural, democrática e descentralizada, em um trabalho coletivo entre os entes federativos e

a sociedade civil. Por isso, nós, enquanto movimentos coletivos e associativos dos interiores dos diferentes Estados Brasileiros, nos colocamos como parceiros para que, juntos, possamos fazer uma cultura cada vez mais forte.

Bahia, São Paulo,
02 de março de 2024.

Associação do Setor Audiovisual do Sudoeste Baiano - SASB (BA)
Fórum de Cinema do Interior Paulista - ICINE (SP)
Articulação Audiovisual do Interior da Bahia - AVIBA (BA)
Articulação Cultural da Bahia - ACUBA (BA)
Associação de Cinema e Vídeo de Quixadá (CE)
Associação Cego Aderaldo Arte e Cultura (CE)
Associação de Cinema Arte Cultura e Meio Ambiente - ACACMA (CE)
Acauã Produções Culturais (PB)
Coletivo de Direitos Humanos, Ecologia, Cultura e Cidadania - CDHEC (RN)
Londrina Audiovisual - LAVI (PR)
Coletivo Cine Balaio Produções (MA)
Instituto Simplicio Oliveira (MA)
Fundação Rádio e Tv Quilombo Rampa (MA)
Fundação Trapiche (MA)
Câmara Temática do Audiovisual de Campinas - CTAv (SP)
Fórum de Cultura de Feira de Santana (BA)
Associação de Cinematografia Independente de Guarulhos - ACING (SP)
Coletivo Faces Filmes (MT)
Grupo de Pesquisa e Prática Cinematográfica Kino-Olho (SP)
Frente de Interiorização do Audiovisual Paraibano - FIAV-PB (PB)
Movimento Puro Cinema Puro (BA)
Adentro - Mostra Interiorana do Cinema Gaúcho (RS)